

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



# **BOLETIM DE CONJUNTURA**

**BOCA**

Ano VI | Volume 17 | Nº 50 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.10644816>

---



## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O INÍCIO DA VIDA HUMANA: UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS TEXTUAIS DO BRASIL E ESPANHA

*Heloísa Bárbara Cunha Moizéis<sup>1</sup>*

*Ana Raquel Rosas Torres<sup>2</sup>*

*José Luis Álvaro Estramiana<sup>3</sup>*

### Resumo

As perspectivas sobre o início da vida humana abrangem diferentes critérios, como a fertilização entre o espermatozoide e o óvulo, o início das atividades cerebrais, a viabilidade do feto fora do útero, entre outros. Diante desses indicadores, este estudo tem como objetivo analisar as representações sociais de estudantes brasileiros e espanhóis sobre o início da vida humana e suas ancoragens psicossociais, particularmente nos valores humanos e no partidarismo político. Para tanto, contou com a participação de 424 estudantes universitários, sendo 192 no Brasil (M=23,11; DP=6,2) e na Espanha (M=19,72; DP=5,7). Os participantes, em ambos os países, responderam a um questionário de autorrelato, que continha uma pergunta aberta sobre o começo da vida humana, o Questionário de Perfis de Valores (QVP) e perguntas sociodemográficas (idade, gênero, classe socioeconômica e posicionamento no espectro político). As análises foram realizadas com o auxílio do *software* Iramuteq, por meio do procedimento da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Os resultados, tanto para a amostra brasileira quanto para a espanhola, formaram cinco classes temáticas. As representações sociais para a amostra brasileira destacaram-se pelos argumentos que exploravam a possibilidade de o feto ser considerado uma vida em potencial. Já na amostra espanhola, a ênfase recaiu sobre os aspectos biológicos do desenvolvimento humano. A partir desse panorama, observa-se que as diferenças representacionais são apresentadas pelos estudantes brasileiros e espanhóis sobre o início da vida humana, e que essas variações decorrem também de sua inserção nos grupos sociais.

**Palavras-chave:** Grupo Social; Início da Vida Humana; Psicologia Social; Representação Social.

### Abstract

Perspectives on the beginning of human life encompass various criteria, such as fertilization between sperm and ovum, the onset of brain activities, the viability of the fetus outside the uterus, among others. Faced with these indicators, this study aims to analyze the social representations of Brazilian and Spanish students regarding the beginning of human life and their psychosocial anchors, particularly in human values and political partisanship. To do so, 424 university students participated, with 192 in Brazil (M=23.11; SD=6.2) and in Spain (M=19.72; SD=5.7). Participants in both countries answered a self-report questionnaire containing an open question about the beginning of human life, the Values Profile Questionnaire (VPQ), and sociodemographic questions (age, gender, socioeconomic class, and political spectrum positioning). Analyses were conducted using the Iramuteq software, through the Descending Hierarchical Classification (DHC) procedure. The results, for both the Brazilian and Spanish samples, formed five thematic classes. Social representations for the Brazilian sample stood out for arguments exploring the possibility of the fetus being considered a potential life. In the Spanish sample, the emphasis was on the biological aspects of human development. From this perspective, it can be observed that the representational differences are presented by Brazilian and Spanish students regarding the beginning of human life, and that these variations also stem from their social group memberships.

**Keywords:** Beginning of Human Life; Psychology Social; Social Group; Social Representation.

<sup>1</sup> Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: [heloisabarbara96@gmail.com](mailto:heloisabarbara96@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Psicologia. E-mail: [arr.torres@gmail.com](mailto:arr.torres@gmail.com)

<sup>3</sup> Professor da Universidad Complutense de Madrid (UCM). Doutor em Psicologia Social. E-mail: [jalvaro@cps.ucm.es](mailto:jalvaro@cps.ucm.es)



## INTRODUÇÃO

A vida humana é um tema intrinsecamente complexo, que suscita debates acalorados e embates contraditórios. A questão sobre quando a vida humana começa é central não apenas em discussões filosóficas e científicas, mas também em contextos jurídicos, políticos e sociais. Nessa perspectiva, os critérios utilizados para definir o início da vida humana abrangem aspectos relacionados à fecundação do óvulo com o espermatozoide, o início das atividades cerebrais e a viabilidade do feto fora do útero. Vale ressaltar que essas perspectivas influenciam no contexto do debate sobre o aborto, em que existe uma polarização entre os defensores do embrião como pessoa humana e aqueles que defendem o direito de escolha da mulher.

Nesse seguimento, o estudo proposto justifica-se ao envolver questões éticas, morais e legais de grande impacto na sociedade. A compreensão das representações sociais sobre o início da vida humana é essencial para entender como diferentes grupos sociais percebem e interpretam questões ligadas à legalidade do aborto, o *status* do embrião humano e as intervenções biotecnológicas na manipulação de embriões. Partindo desse panorama, esta pesquisa busca preencher essa lacuna ao investigar as representações sociais de estudantes brasileiros e espanhóis sobre o início da vida humana, considerando as nuances legais e culturais de cada país.

Para alcançar esse objetivo, o estudo adota uma abordagem societal das representações sociais, que reconhece a influência dos contextos ideológicos e sociais na construção dos conteúdos representacionais individuais e grupais. Serão investigadas as concepções dos participantes sobre o início da vida humana, considerando diferentes ancoragens psicossociais, como o partidatismo político e os valores humanos. A análise das representações sociais será realizada a partir de três aspectos principais: identificação dos conteúdos representacionais compartilhados, identificação dos princípios organizadores desses conteúdos e a compreensão das ancoragens psicossociais subjacentes às variações grupais.

Do ponto de vista metodológico, este estudo emprega uma abordagem exploratória de natureza transversal e mista, combinando dados quantitativos e qualitativos, embasados por uma perspectiva psicossociológica das representações sociais. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários de autorrelato, administrado individualmente em sala de aula, tanto no Brasil quanto na Espanha. Para análise dos dados, foi utilizado o *software* IRaMuTeQ, que possibilita a realização de análises quantitativas do conteúdo lexical. O procedimento de classificação hierárquica descendente (CHD) organiza os segmentos das respostas dos participantes segundo o vocabulário utilizado, que pode ser tanto similar quanto diferente. Esse procedimento possibilita a criação de classes de palavras que



representam os pensamentos dos indivíduos sobre um determinado fenômeno social, nesse estudo, sobre o início da vida humana. Esse procedimento estatístico foi utilizado em ambos os países.

Desse modo, em relação à organização desse trabalho, a primeira seção tem como objetivo compreender o referencial teórico que discute os parâmetros acerca do início da vida humana e suas implicações legais no contexto do aborto, tanto no Brasil quanto na Espanha, buscando correlacioná-las com a teoria das representações sociais, valores humanos e a identificação partidária. Em seguida, a segunda seção, aborda a caracterização metodológica da pesquisa, detalhando os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados. No que diz respeito à seção dos resultados, os conteúdos representacionais da amostra do Brasil e da Espanha são apresentados em distintos tópicos. Na sequência, os achados são discutidos à luz do referencial teórico adotado, explorando as construções de significado atribuídas à origem da vida humana para ambos os países. Por fim, a última seção aponta as considerações finais, que sintetizam de forma geral as descobertas do estudo, indicam as limitações e possíveis direções para pesquisas futuras.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A vida começa no momento do nascimento ou na fecundação do óvulo? Ou talvez em algum ponto intermediário entre esses extremos? As diversas perspectivas abrangem distintos critérios, como a fertilização (combinação dos genes do espermatozoide e do óvulo), o início das atividades cerebrais (entre a 8ª e a 20ª semana), a viabilidade do feto fora do útero (entre a 20ª e 24ª semana, relevante em decisões judiciais sobre o aborto) ou argumentos que sublinham o desenvolvimento contínuo sem um ponto de transição definido (BARCHIFONTAINE, 2010).

A respeito desses parâmetros, Chinelato (2004) delinea três correntes fundamentais acerca da natureza jurídica do nascituro: a) a natalista, postula que a personalidade civil tem início no momento do nascimento; b) a condicional, reconhece a personalidade desde a concepção, mas a vincula ao nascimento com vida e c) a concepcionista, que defende que a personalidade começa desde a concepção; ou seja, os direitos e o *status* do nascituro não dependem do nascimento com vida.

Essas discussões sobre o nascituro têm implicações diretas no debate sobre o direito ao aborto, especialmente sob a ótica concepcionista, em que os indivíduos que classificam o aborto como um “assassinato” argumentam que a vida humana se inicia desde o momento em que há a fecundação do espermatozoide com o óvulo (VIEIRA *et al.*, 2021). Nessa lógica, alinhada à Constituição Brasileira, o principal direito que, de acordo com esse argumento, seria violado, é o direito à vida (BRASIL, 1988).



No que diz respeito ao aborto, no âmbito legal, existem basicamente três formas pelas quais as sociedades se posicionam: a) permitido em qualquer hipótese (e.g. países que fazem parte da Comunidade Europeia, como Holanda, Bélgica, França, Portugal, Espanha); b) permitido sob algumas condições, por exemplo, quando a gravidez resulta de violência sexual, existe um risco de vida materno ou o feto possui alguma anomalia grave (e.g. Brasil, Bolívia, Peru) e, por fim, c) veemente proibido, sob qualquer circunstância (e.g. El Salvador, Costa Rica, Honduras, Nicarágua, entre outros) (AGUIAR *et al.*, 2018).

Neste cenário, a Espanha se encontra entre os países em que o aborto é legalizado, e estipula-se um prazo de no máximo 14 semanas, em que é garantido às mulheres a possibilidade de tomar uma decisão livre e informada sobre a interrupção da gestação (ESPANHA, 2010; 2023). Por outro lado, o Brasil está entre os países em que o aborto é legal sob algumas condições, a saber: quando não há outro meio de salvar a vida da gestante, quando a gravidez resulta de estupro ou, por analogia, de outra forma de violência sexual (BRASIL, 1940) e, em casos de fetos anencéfalos (BRASIL, 2012).

Logo, admite-se que as discussões sobre a legalidade da prática do aborto no Brasil promovem uma disputa de direitos para o feto, visto como uma vida humana em potencial. De acordo com Moraes *et al.* (2018), o aborto, enquanto objeto social na imprensa brasileira, apresenta, por um lado, saberes que mostram uma atitude favorável acerca de sua legalização e do direito de escolha da mulher e, por outro, acentuam uma posição condenatória sobre o aborto, utilizando elementos que marcam a “vida em potencial” do embrião.

Nesse seguimento, o debate centra-se em uma polarização de argumentos entre os sujeitos que defendem a noção do embrião como pessoa humana *versus* a defesa de escolha da mulher (ALÉSSIO; APOSTOLIDIS; SANTOS, 2008). Sob tal perspectiva, os grupos presentes na sociedade constroem um conjunto de saberes compartilhados sobre os fenômenos sociais que tem por finalidade o controle e a explicação do meio (SANTOS; CAMPOS, 2022).

Contudo, os trabalhos encontrados não incluem discussões propriamente sobre o início da vida humana. À vista disso, a pesquisa ora proposta objetiva preencher essa lacuna, investigando as representações sociais de estudantes universitários brasileiros e espanhóis sobre o início da vida humana. Dado o contexto legal divergente entre os dois países, prevê-se que, na sociedade espanhola, os debates se concentrem nos direitos da gestante e na busca de um equilíbrio conforme a legislação vigente, sem enfatizar tanto os possíveis direitos do nascituro. Por outro lado, acredita-se que no contexto nacional, a legislação se inclinará mais para a proteção dos direitos do nascituro.

A partir desse cenário, é importante ter em conta que as diferenças substanciais existentes na legislação e regulamentação proposta por cada Governo, por exemplo, no que se refere às legislações do



Brasil e Espanha, apresentam implicações para a delimitação do início, desenvolvimento e fim da vida humana (CUELLO; JESÚS, 2014). Nessa perspectiva, ressalta-se que as pertencas sociais são um fator fundamental nas tomadas de posição dos sujeitos frente aos objetos sociais e atuam como fonte de variação das representações sociais (DOISE; CLEMENCE; LORENZI-CIOLDI, 1992).

## ABORDAGEM SOCIETAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A abordagem societal das representações sociais, adotada neste estudo, parte do princípio de que as representações são construídas a partir das inserções dos sujeitos nos contextos ideológicos e sociais, por isso dependem também das situações nas quais são produzidas (DOISE; CLEMENCE; LORENZI-CIOLDI, 1992). De acordo com Cabecinhas (2004), as representações sociais articulam conceitos psicológicos (e.g., crenças, opiniões, atribuições) e sociológicos (e.g., ideologia, cultura, sistema de valores) na tentativa de estabelecer pontes conceituais de análise das relações entre indivíduo e sociedade. Assim, a análise dos consensos e dissensos produzidos por meio dessas pontes manifestam-se como eixo central para a abordagem societal (ALMEIDA, 2009).

Para analisar a formação das representações sociais, Doise, Clemence e Lorenzi-Cioldi (1992) defendem que elas devem ser investigadas a partir de três aspectos: a) a identificação dos conteúdos representacionais compartilhados por uma sociedade e/ou grupos; b) os princípios organizadores desses conteúdos representacionais, que dizem respeito às variações de atitudes nas tomadas de posição de acordo com as inserções sociais, e, por fim, c) a compreensão das ancoragens desses princípios subjacentes às variações grupais. Essas ancoragens podem ser agrupadas em três grandes tipos: a) psicológica, que corresponde ao posicionamento individual em atitudes ou escolhas de valores estudadas à nível individual; b) psicossociológica, ligada à forma como as pessoas percebem as relações sociais entre grupos sociais e, de forma mais geral, a estrutura social e, por fim, c) sociológica, vinculada à pertença específica dos indivíduos, como as afiliações política, adesão aos movimentos sociais e diferenças culturais (SPINI; DOISE, 1998).

Tendo em conta a abordagem adotada, o trabalho ora proposto utiliza como ancoragens psicossociais, os valores humanos na perspectiva do modelo proposto por Schwartz (1992) e o partidarismo político, que serão discutidos a seguir.



## TEORIA DE VALORES BÁSICOS DE SHALOM SCHWARTZ

Os valores humanos são importantes construtos no estudo sobre as representações sociais como fundamento de nossos julgamentos (MOSCOVICI, 2009). À vista disso, Schwartz (1992) define os valores como: a) crenças ligadas à emoção de forma que, quando ativadas, geram sentimentos positivos e negativos; b) motivacionais, pois orientam os indivíduos; c) que transcendem situações e ações específicas; d) guiam a seleção e avaliação de ações, políticas, pessoas e eventos e, e) variam de acordo com o grau de importância, assim, formam um sistema ordenado de prioridades axiológicas.

Nessa perspectiva, o indivíduo dispõe de processos que lhe permite funcionar em sociedade e as dinâmicas sociais, particularmente interacionais, posicionais ou de valores e crenças gerais orientam no funcionamento desses comportamentos (DOISE, 2000). Desse modo, nota-se que a fonte dos valores se localiza nas identidades ideológicas que orientam os interesses dos grupos (PEREIRA; CAMINO; COSTA, 2005).

O modelo proposto por Schwartz (1992) defende a existência de dez valores universais, que estão organizados em quatro grupos de ordem superior: a) os valores de autotranscendência, baseados na busca do bem-estar coletivo; b) os valores de autopromoção, que destacam a busca de sucesso pessoal e do domínio sobre os outros; c) os valores de abertura à mudança que enfatizam a independência de ações e pensamentos e, por fim, d) os valores de conservação, que ressaltam a obediência à autoridade na preservação de práticas tradicionais e na proteção da estabilidade.

Em conjunto, as evidências apontam que tendências conservadoras (por exemplo, personalidade conservadora, valores de conservação, atitudes autoritárias de direita ou orientação política de direita) predizem alta oposição às questões morais socialmente discutíveis, como é o caso do aborto, eutanásia, suicídio, entre outras (DEAK; SAROGLU, 2015). Logo, a oposição a estas questões reflete a necessidade de apego às normas tradicionais, especialmente no que diz respeito aos domínios da preservação da vida e da sexualidade.

Nota-se que o apoio aos direitos reprodutivos das mulheres e a liberdade da interferência governamental nas vidas privadas são típicos de uma política pró-escolha *versus* pró-vida, em que a polarização em torno da defesa da liberdade individual das mulheres e a proteção em torno do embrião e/ou feto, respectivamente, são colocados em discussão e associados também, de sobremaneira, ao partidarismo político (ADAMCZYK; KIM; DILLON, 2020).



## IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA: CONTINUUM DIREITA-ESQUERDA

Dada a natureza polarizada frente ao aborto, nota-se que os defensores pró-escolha e/ou pró-vida tornam-se cada vez mais sujeitos às linhas partidárias, nos quais os partidos conservadores, que se situam à direita no espectro político, expressam menos apoio ao aborto do que os progressistas, que se situam mais à esquerda do espectro (BRYSK; YANG, 2023). Notavelmente, esses padrões emergem em vários países, incluindo Brasil (OGLAND; VERONA, 2011) e Espanha (ALVARGONZÁLEZ, 2017).

Assim, as investigações sugerem que as diferenças individuais, por exemplo, no que diz respeito às questões relacionadas ao sexo e a reprodução, sofrem influência da ideologia política (OSBORNE; DAVIES, 2012). Nessa lógica, os progressistas endossam crenças ligadas à abertura à mudança, inclusive no domínio sexual e os conservadores tendem a apoiar os papéis tradicionais de gênero e outras instituições semelhantes (JOST; NOSEK; GOSLING, 2008).

No entanto, ressalta-se que a variável de identificação partidária, utilizada neste estudo, deriva das preferências políticas dos indivíduos, especificamente de esquerda, centro e direita. Não obstante, sabe-se que existem estruturas políticas multipartidárias, em que as atitudes políticas se apresentam de forma menos polarizadas e, apresentam impactos diferentes na promoção de políticas de acesso à saúde sexual e reprodutiva das minorias (JUVONEN, 2020; MENCIN, 2023; SATHERLEY *et al.*, 2020). Posto isto, a identificação partidária presente neste trabalho parte da avaliação que um indivíduo faz dos grupos ideológicos e baseia-se, em grande parte, nos símbolos intimamente associados a esses grupos, por isso, são fundamentais para a compreensão das atitudes políticas (CONOVER; FELDMAN, 2004).

A partir do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar as representações sociais de estudantes brasileiros e espanhóis acerca do início da vida humana. Para tanto, serão investigados: a) os conteúdos representacionais sobre o começo da vida no Brasil e na Espanha; b) quais os princípios que organizam esses conteúdos e c) suas ancoragens psicossociais, em particular os valores humanos e o partidarismo político.

## METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em um estudo exploratório de natureza transversal e mista (quantitativa e qualitativa). Para os levantamentos de dados, empregou-se um questionário de autorrelato aplicado em um contexto de sala de aula e preenchido de forma individual por cada participante da pesquisa, com o propósito de investigar as representações sociais dos estudantes sobre o momento que consideravam ser o início da vida humana. Posteriormente, os dados foram analisados por meio do



*software* estatístico IRaMuTeQ, que possibilita a realização de análises quantitativas do conteúdo lexical. As informações coletadas foram provenientes das respostas dos estudantes universitários do Brasil e da Espanha, as quais foram interpretadas à luz da abordagem societal das representações sociais (DOISE; CLEMENCE; LORENZI-CIOLDI, 1992). A seguir, cada seção detalha as etapas realizadas na pesquisa.

## Amostra

Contou com a participação de 424 estudantes universitários, sendo 192 no Brasil e 232 na Espanha. A amostra brasileira foi composta por 103 mulheres (55,4%), 81 homens (43,5%) e 2 não-binários (1,1%), com idade média de 23,11 anos (DP= 6,20). Desses participantes, 58,3% eram da área de ciências sociais e humanas (e.g. direito, psicologia, ciências sociais etc). A amostra espanhola foi formada por 148 mulheres (64,1%), 80 homens (32%) e 9 não binários (3,9%), com idade média de 19,72 anos (DP= 5,70 anos). Desses participantes, a grande maioria (99,1%) era da área de humanas (e.g. antropologia social e cultural, sociologia e relações internacionais).

## Instrumentos

Foi utilizado um questionário de autorrelato nos dois países, que se iniciava com uma questão aberta sobre a origem da vida, com o seguinte texto:

Assim como existem muitas teorias acerca da origem do universo, como o Criacionismo e o Big Bang, o mesmo vale para o início da vida. Existe um debate bioético muito extenso acerca do começo da vida. Algumas pessoas acreditam que existe vida desde o momento da concepção, enquanto outras pessoas, acreditam que só existe vida após o nascimento. A partir dessas proposições e considerando seus conhecimentos e crenças a respeito desse assunto, para você, quando a vida inicia? Utilize o espaço abaixo para expor suas ideias (Texto elaborado para o instrumento de pesquisa pelo próprio autor).

Em seguida, eram apresentadas aos participantes as Questionário de Perfis de Valores (QVP) em sua versão formada por 21 itens (SCHWARTZ; RUBEL-LIFSCHITZ, 2009). O instrumento foi validado em diferentes contextos e obteve índices de confiabilidade entre 0.50 e 0.70 para o Brasil (TAMAYO; PORTO, 2009) e de 0.58 e 0.64 para a Espanha (SCHULTZ; ZELEZNY, 1998). As dimensões valorativas presentes na escala abarcam os seguintes valores: autotranscendência (universalismo e benevolência), autopromoção (poder e êxito), conservação (segurança, conformidade e tradição) e abertura à experiência (estimulação, autodireção e hedonismo). A exemplo de um item



presente na escala é: “Pensar em novas idéias e ser criativa é importante para ela. Ela gosta de fazer as coisas de maneira própria e original”. Os participantes avaliaram as frases e indicaram a resposta por meio de uma escala *likert* variando de 1 (se parece muito comigo) a 6 (não se parece nada comigo).

Para finalizar, os sujeitos responderam uma pergunta sobre o grau de identificação com relação ao espectro político esquerda-direita, sendo 1 (extrema esquerda), 4 (centro) e 7 (extrema direita). Além disso, foram realizadas questões de caracterização sociodemográfica (idade, gênero, classe socioeconômica e curso).

## Procedimentos

As coletas de dados ocorreram na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e na *Universidad Complutense de Madrid* (UCM) durante o período de outubro a novembro de 2022. O instrumento foi aplicado de forma coletiva em salas de aula e respondido individualmente pelos participantes com duração em média de 20 minutos.

## Análise de dados

As análises da questão aberta (considerando seus conhecimentos e crenças a respeito desse assunto, para você, quando a vida inicia? Utilize o espaço abaixo para expor suas ideias) foram realizadas por meio do *software* IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), que permite a realização de análises quantitativas do conteúdo lexical. As demais análises foram realizadas por meio do SPSS (IBM, 2017).

Com base neste procedimento, as respostas à questão aberta foram submetidas ao método de análise da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que reparte e organiza pequenos segmentos de textos segundo o vocabulário, que pode ser tanto similar quanto diferente, utilizado pelos participantes em cada classes. Sendo assim, essas classes, bem como a relação entre elas, são ilustradas por meio de um dendrograma, que possibilita uma análise quantitativa e qualitativa das respostas (CAMARGO; JUSTO, 2013; 2018).

Por conseguinte, foram consideradas as seguintes variáveis para as ancoragens psicossociais: valores humanos, nas suas dimensões (conservadorismo, abertura à mudança, autotranscendência e autopromoção) e identificação partidária (esquerda, centro e direita).

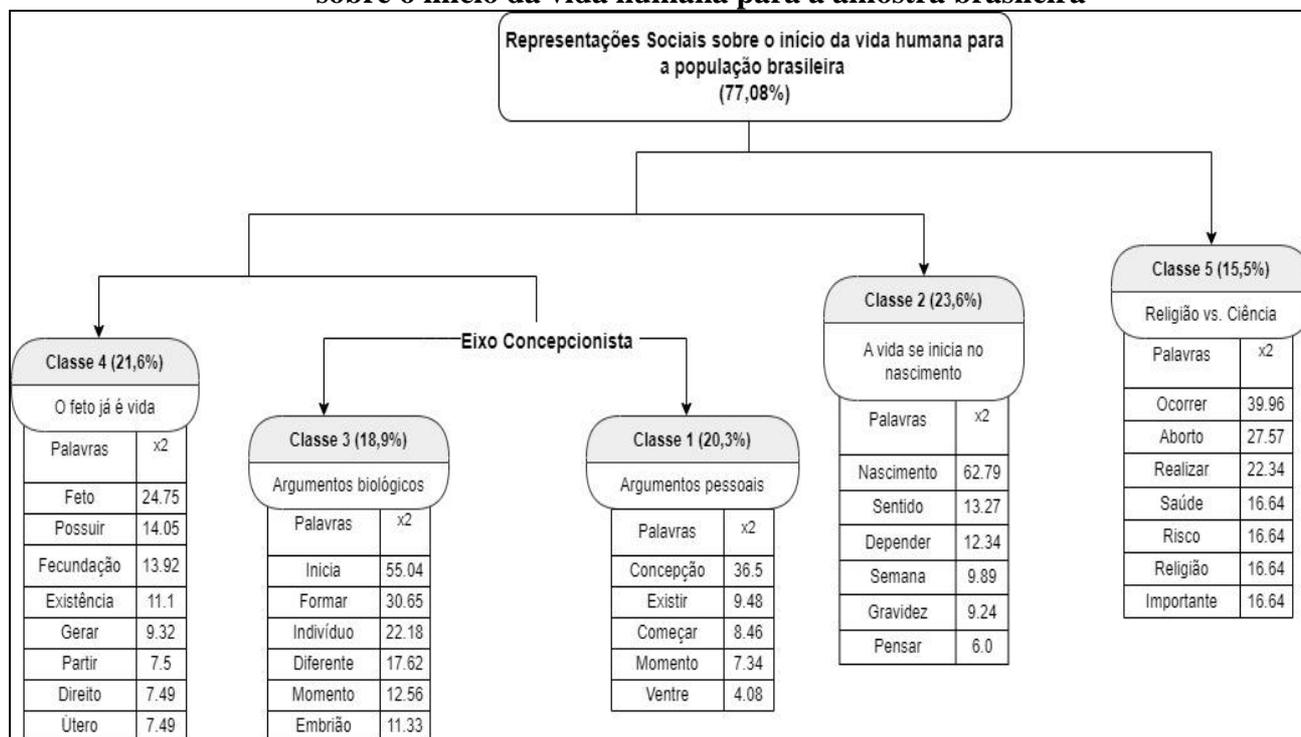


## RESULTADOS

### Amostra brasileira

O *corpus* brasileiro inclui a justificativa de 192 estudantes universitários sobre quando a vida inicia e está representado no dendrograma da Figura 1. Para essa análise, o IRaMuTeQ classificou 148 segmentos de textos, que representam 77,08% de aproveitamento para CHD. A análise resultou na configuração total de 5 classes.

**Figura 1 - Classificação Hierárquica Descendente sobre o início da vida humana para a amostra brasileira**



Fonte: Elaboração própria.

Inicialmente, a Classe 5 caracteriza-se por meio de um debate entre “Religião *versus* Ciência” e representa 15,5% do *corpus*. Os sujeitos apontam que “Para mim a vida inicia em sua concepção e é uma dádiva enviada por Deus às pessoas merecedoras. A vida deve ser defendida sempre, quaisquer que sejam as hipóteses (Participante 141, gênero masculino, 20 anos)”, bem como “Para mim a vida começa quando ocorre a nidação e não quando ocorre a concepção, nesse caso, não basta a mera fecundação do espermatozoide no óvulo, mas deve haver a fixação do óvulo no útero (Participante 03, gênero feminino, 22 anos)”.



A Classe 2 versa sobre “A vida se inicia no nascimento” e contém 23,6% do *corpus* textual. Aqui os sujeitos estão caracterizados pelo espectro político de esquerda ( $\chi^2 = 2,6$ ;  $p=0,1$ ) e as justificativas indicam que “a vida se inicia com o nascimento, pois antes do parto a vida é dependente de outro corpo para sobreviver (Participante 122, gênero feminino, 22 anos)”. Além disso, os aspectos biológicos também se apresentam entre esses discursos, como “A vida é algo relativo e eu consigo associar a lógica de ser a partir do nascimento, porém vejo do ponto de vista biológico que a partir da 12ª semana da formação temos vida, ou seja, algo ambíguo para mim (Participante 143, gênero feminino, 19 anos)”.

A Classe 4, denominada de “O feto já é vida”, representa 21,6% do conteúdo e aborda, especialmente, sobre o feto como um indicador da vida humana. Os sujeitos discorrem que “a vida se inicia a partir do embrião já estar no útero, quando se descobre estar grávida (Participante 33, gênero feminino, 18 anos)” ou ainda afirmam que “A vida inicia dentro do útero quando passamos de uma célula para o feto (Participante 43, gênero feminino, 22 anos)”.

Por fim, as Classes 3 e 1 conformam o Eixo “Concepcionista”. Essas classes compartilham ideias acerca da origem da vida humana desde a concepção. No entanto, discorrem argumentos distintos para exemplificar a temática.

A Classe 3, “Origem da vida na concepção: argumentos biológicos”, compõe 18,9% do conteúdo do *corpus* e é formada por sujeitos com uma identificação partidária de direita ( $\chi^2 = 5,6$ ;  $p < 0,05$ ). Os argumentos ressaltam que “A vida, biologicamente falando, se inicia no momento em que os gametas interagem formando uma nova célula (Participante 94, gênero feminino, 21 anos)”, ou “A vida se inicia quando o gameta masculino fecunda o gameta feminino. Nesse momento, já é formado o ser humano (Participante 158, gênero masculino, 20 anos)”.

No que diz respeito à Classe 1 “Origem da vida na concepção: argumentos pessoais”, que corresponde a 20,3% do conteúdo representacional, as contribuições significativas foram ancoradas pela alta adesão aos valores de conservação ( $\chi^2 = 3,3$ ;  $p = 0,06$ ). e apontavam estritamente para o fato de o começo da vida humana estar relacionada com o momento da concepção “A vida se inicia a partir do momento da concepção. Quem não quer gerar uma vida, se previne (Participante 157, gênero masculino, 29 anos)”, bem como, “Na minha opinião a vida se inicia desde a concepção e deve ser protegida e conservada (Participante 38, gênero feminino, 18 anos)”.

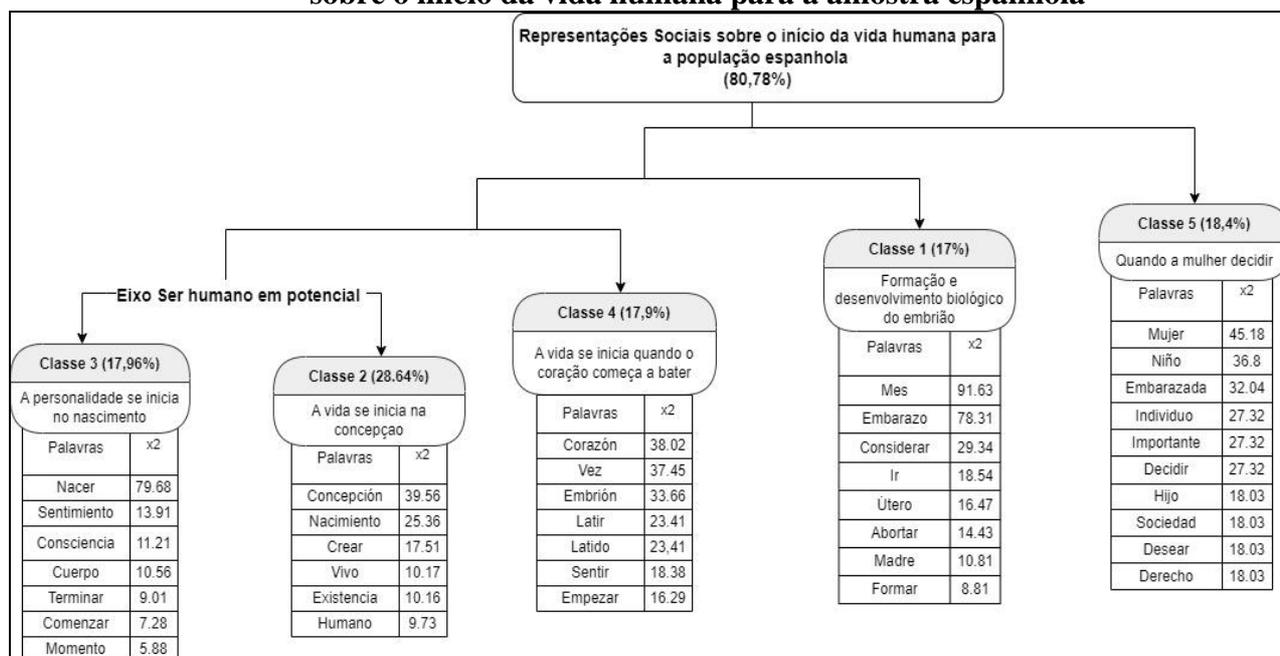
## Amostra espanhola

O *corpus* espanhol, por sua vez, apresenta a justificativa de 232 estudantes universitários. Do mesmo modo, realizou-se uma CHD também para essas justificativas acerca da origem da vida humana.



O IRaMuTeQ classificou 186 segmentos de textos, que representam 80,17% de aproveitamento para CHD na Figura 2, e serão apresentados e discutidos de acordo com a lógica de sua partição.

**Figura 2 - Classificação Hierárquica Descendente sobre o início da vida humana para a amostra espanhola**



Fonte: Elaboração própria.

A princípio na Classe 5 “Quando a mulher decidir” estão os sujeitos que possuem um alto endosso aos valores de abertura à mudança ( $\chi^2 = 4,4$ ;  $p < 0,05$ ). Esta classe possui um aproveitamento de 18,4% do *corpus*. Os argumentos dos participantes apresentam certa relatividade à questão do começo da vida humana. A ideia de que não é a sociedade que deve decidir quando começa a vida, mas que é um desejo e decisão que cabe essencialmente a mulher que gesta. As justificativas se desdobram nas seguintes ideias “La vida desde el sentido únicamente biológico hay antes del mismo nacimiento. Lo importante en el debate, no es sobre si el feto tiene o no vida, sino sobre el bienestar de la persona que está embarazada/ A vida, no sentido puramente biológico, existe antes mesmo do nascimento. O importante no debate não é se o feto tem ou não vida, mas sim o bem-estar da pessoa que está grávida (Participante 113, gênero masculino, 19 anos, tradução nossa)”. Tal como “Pienso que es una cuestión de perspectiva. Si para la mujer que está embarazada tener el bebé va a suponer un deterioro de su integración física y moral, entonces la mujer debe anteponer su vida a la del bebé, sin importar lo que la sociedad tenga que decir/ Penso que é uma questão de perspectiva. Se para a mulher que está grávida ter o bebê vai resultar em um comprometimento de sua integridade física e moral, então a mulher deve



priorizar sua vida em relação à do bebê, sem se importar com o que a sociedade possa dizer (Participante 12, gênero feminino, 18 anos, tradução nossa)”.

A Classe 1 contém 17% do aproveitamento do *corpus* e apresenta ideias voltadas para “Formação e desenvolvimento biológico do embrião”. Nesse sentido, centra-se para a quantidade de meses em que já se pode atribuir vida ao embrião. As justificativas giram em torno de “Personalmente considero que la vida empieza durante los primeros procesos de creación del embrión, pero solo se puede considerar persona a partir del consenso científico, que creo que es 2 meses/ Pessoalmente, considero que a vida começa durante os primeiros processos de criação do embrião, mas só pode ser considerada pessoa a partir do consenso científico, que, acredito, ocorre por volta de 2 meses (Participante 14, gênero masculino, 20 anos, tradução nossa)” e, ainda, “Tengo entendido que a la fecha de hoy, los científicos entienden que entre la 6 y la 8 semana de embarazo en el plazo, no estoy seguro/ Entendo que, até a presente data, os cientistas consideram que entre a 6ª e a 8ª semana de gravidez, se não estou enganado no prazo (Participante 19, gênero masculino, 70 anos, tradução nossa)”.

A Classe 4, “A vida se inicia quando o coração começa a bater”, representa 17,9% do *corpus* e os participantes identificam-se no espectro político de centro ( $x^2=3,5$ ;  $p=0,06$ ) e possuem uma baixa adesão aos valores de conservação ( $x^2=3,4$ ;  $p=0,06$ ). A concepção presente nessa classe se relaciona ao desenvolvimento e independência do embrião “En el momento que se te forma corazón ya empieza a funcionar y por lo tanto ya podemos decir que hay vida, pues hay el funcionamiento del corazón/ No momento em que o coração de forma e começa a funcionar, já podemos dizer que há vida, pois há o funcionamento do coração (Participante 20, gênero feminino, 18 anos, tradução nossa)”. Ademais, os participantes sugerem que “En sí, vivir comienza cuando tu corazón comienza a latir, que ocurre en el interior de cada madre, pero considero que empieza a vivir al respirar por primera vez una vez que estás fuera de tu progenitora/ Em si, a vida começa quando o coração começa a bater, o que ocorre no interior de cada mãe, mas eu considero que ela começa a viver ao respirar pela primeira vez, uma vez que está fora de sua progenitora (Participante 77, gênero feminino, 18 anos, tradução nossa)”.

O eixo “Ser humano em potencial”, é composto pelas classes 3 e 2. A Classe 3, “A personalidade se inicia no nascimento”, contém 17,9% do *corpus* e assim como a Classe 2 do Brasil os sujeitos apontam o início da vida humana no nascimento, no entanto, também atribuem ao desenvolvimento da consciência e dos sentimentos, como “La vida comienza em el momento que naces, que eres capaz de respirar, de llorar e de comer/ A vida começa no momento em que nasce, que é capaz de respirar, chorar e de comer (Participante 87, gênero feminino, 18 anos, tradução nossa)”, ou ainda, “La vida comienza em el momento em el que el feto ya posee conciencia y siente, o sea, cuándo nace/ (Participante 212, gênero feminino, 18 anos).



A Classe 2, que representa 28,6% do *corpus* e tem como ideia geral de que “A vida se inicia na concepção”. Aqui os sujeitos vinculam a concepção como o marcador principal do começo da vida humana “Creo que la vida empieza desde el momento de la concepción/ Creo que a vida começa desde o momento da concepção (Participante 48, gênero feminino, 19 anos, tradução nossa)”, entretanto, apresentam também algumas limitações com relação a essas discussões “Para mi, una bióloga, la vida comienza em la concepción. No obstante, es vida, pero aún em las primeras semanas no hay conciencia/ Para mim, como bióloga, a vida começa desde a concepção. No entanto, é vida, mas nas primeiras semanas ainda não há consciência (Participante 164, gênero feminino, 21 anos, tradução nossa). Os participantes enquadram-se no espectro político de direita ( $\chi^2=2,4$ ;  $p=0,1$ ) e possuem um baixo endosso aos valores de autopromoção ( $\chi^2=6,8$ ;  $p<0,001$ ).

## DISCUSSÃO

Os conteúdos representacionais sobre o início da vida humana mobilizam a construção de normas sociais formadas e reformadas ao longo dos séculos e estão permeadas por conceitos científicos, religiosos, filosóficos e sociológicos (PICÓN *et al.*, 2021). Neste contexto, este artigo tem como objetivo verificar as variações e especificidades dos diferentes grupos sociais de uma amostra de brasileiros e espanhóis na construção dos significados atribuídos à origem da vida humana enquanto fenômeno coletivo.

O conteúdo representacional encontrado na amostra brasileira atribui como ideia preponderante a autonomia do feto desde o momento da fecundação. Nessa direção, as Classes 4 “O feto já é vida”, 3 “Origem da vida na concepção: argumentos biológicos” e 1 “Origem da vida na concepção: argumentos pessoais”, englobam discussões que refletem o embrião humano como uma entidade autônoma e independente da mulher (DINIZ; ALMEIDA, 1998; DINIZ *et al.*, 2009). Ademais, observa-se que o eixo “Concepcionista”, formado pelas Classes 3 e 1, é fundamentado pelo conservadorismo, tanto em termos de ideologia política (orientação política de direita) quanto valorativo (valores de conservação).

À vista disso, esses posicionamentos parecem ser impulsionados por preocupações subjacentes com o feto, uma postura que inclui a caracterização do pré-nascido como humano e a argumentação sobre o 'direito à vida' do feto. (JEDRYCZKA; MISIAK; WHITEHOUSE, 2023). Diante desse quadro, a estrutura de valores conservadores coloca o absolutismo moral e as normas de grupo acima das necessidades individuais. Assim, a oposição moral ao aborto parece ser mais uma questão de coesão e prevenção da violação das normas do grupo do que de proteção do bem-estar dos envolvidos. Esse posicionamento tem raízes na legitimação das assimetrias baseadas no sexo (HUANG *et al.*, 2014).



Dessa forma, os valores sociais fornecem quadros de referências comportamentais que estão intimamente ligados às identidades sociais dos grupos. As identidades e/ou o pertencimento ao grupo parecem estar alinhados num *continuum* direita-esquerda ou conservadora-progressista e, com base nesta ligação, entre valores e identidades, prevê-se que estarão relacionadas com as atitudes sociais e políticas, incluindo atitudes em relação aos direitos das mulheres (AUGOUSTINOS; WALKER, 1995).

A religiosidade apresenta-se como outra característica saliente dos grupos sociais, com os quais nos identificamos e consideramos importantes para a nossa autodefinição. No cenário da amostra brasileira, a Classe 5 “Religião *versus* Ciência”, destaca o caráter ambíguo do conceito de origem da vida humana. De um lado, baseia-se no fundamento moral de “pureza ou santidade do corpo”, segundo a qual a premissa básica é que o corpo é um templo que abriga a divindade (LOCKHART *et al.*, 2023). Por outro lado, vinculam o desenvolvimento do ser humano a uma série de fases, entre estas: pré-embrião, embrião e feto (SOUZA, 2008).

Além disso, existem os que acreditam que a vida dos sujeitos tem início a partir do nascimento, como apresentado pela Classe 2 “A vida se inicia no nascimento”, que, neste estudo, é composta pelos indivíduos que apresentam uma orientação política de esquerda. As atitudes políticas de esquerda priorizam os comportamentos dos indivíduos em contexto grupais (HANNIKAINEN; MILLER; CUSHMAN, 2017). A esse respeito a orientação política de direita geralmente se opõe ao sexo pré-marital e ao aborto, enquanto os sujeitos que se autodeterminam de esquerda, tendem a possuir uma atitude favorável (ADAMCZYK; VALDIMARSDÓTTIR, 2018; KIM; STEINBERG, 2023).

Nessa lógica, a ideologia política de esquerda tem impactos positivos no uso de métodos contraceptivos, doação de óvulos, edição de embrião, entre outros (RYE; UNDERHILL, 2020; TREVIZO, 2018). Ou seja, ao considerar o início da vida humana condicionado ao nascimento, o desenvolvimento e agrupamento celular não se caracteriza enquanto condição humana. Nessas circunstâncias, a estrutura representacional expressa pela amostra espanhola esteve centrada, preponderantemente, nos aspectos biológicos da formação do embrião, com a Classe 1 “Formação e desenvolvimento biológico do embrião” e a Classe 4 “A vida se inicia quando o coração começa a bater”.

A partir dessas condições, o início da vida não ocorre com a concepção, mas sim, com o desenvolvimento das primeiras atividades cerebrais à medida que o sistema nervoso do feto ganha característica mais complexas (LEAL *et al.*, 2019). Dessa forma, o início da vida seria constatado por volta do terceiro e/ou quarto mês do desenvolvimento do embrião (LEAL *et al.*, 2019). Nesse contexto, o embrião, em virtude do seu genoma e perfil epigenético, é capaz de passar por um processo de desenvolvimento contínuo e gradual até a maturidade da sua espécie (SILVA; PINHEIRO, 2017).



Destaca-se também nesse debate a capacidade dos seres vivos de sentir e raciocinar sobre as suas emoções, podendo assim pensar e planejar suas ações.

Portanto, a definição de início da vida também pode ser buscada pelo seu inverso, ou seja, a morte. Para a medicina, a morte acontecia quando uma pessoa parava de respirar ou quando seu coração parava de bater, desse modo, para alguns sujeitos o início da vida ocorre com o funcionamento do coração (SOUZA, 2008). A representação da vida por meio do funcionamento do coração é representada pela Classe 4 “A vida se inicia quando o coração começa a bater” e é formada por sujeitos com uma identificação político partidária de centro-esquerda. A ideologia política de centro sofre influência tanto das atitudes políticas de esquerda quanto direita (BLOFIELD; EWIG, 2017).

Diante disso, torna-se necessário compreender o posicionamento social, econômico, religioso e valorativo dos sujeitos a fim de determinar suas implicações no campo dos direitos e da saúde sexual e reprodutiva (OSBORNE *et al.*, 2022). Nesse caso, nota-se que as justificativas presentes nessa classe estão ligadas às práticas médicas, em que o funcionamento do corpo humano estaria associado ao coração. Ainda, esta classe também indica como parâmetro para o início da vida humana a viabilidade e independência do feto fora do útero, que ocorre entre a 20<sup>a</sup> e 24<sup>a</sup> semana e que é um critério relevante em decisões judiciais sobre o aborto (BARCHIFONTAINE, 2010; BISPO, 2017)

Isto posto, o aborto apresenta-se como uma das questões implicadas nas concepções do início da vida humana, principalmente entre os indivíduos conservadores que acreditam que a vida começa desde a fecundação (DORING, 2023). Essas atitudes são influenciadas por fatores relacionados às crenças culturais, morais, normas e valores sociais, bem como experiências pessoais e representações da mídia (CONTI; CAHILL, 2017). A Espanha é reconhecida como um país pioneiro no plano legislativo no que se refere ao aborto e em matéria de reprodução humana assistida, por isso, admite-se que esses fatores podem influir na forma como os sujeitos representam socialmente o início da vida humana (NORBERG, 2016).

Considerando esses aspectos, na amostra espanhola, surgiu a Classe 5 “Quando a mulher decidir”, que discute sobre a autonomia reprodutiva e defesa da vida da mulher que gesta, entretanto, essas justificativas não estiveram presentes enquanto classe na amostra brasileira. Sabe-se que o panorama legislativo referente à prática do aborto está consolidado na Espanha, enquanto no Brasil é uma pauta em disputa. A percepção de autonomia sobre o corpo construída pelos participantes espanhóis apareceu articulada à defesa de direitos da mulher, nesse caso, reprodutivos. Conforme Allen e Griffin (1993), os indivíduos regulamentados, isto é, que estão subordinados às leis abortivas, não veem o aborto de forma negativa, por si só, mas são altamente a favor das restrições que cercam o procedimento, ou seja, favoráveis à regulamentação e leis que regem o aborto.



Desse modo, esses grupos são considerados situacionistas, porque as circunstâncias que rodeiam o aborto podem influenciar suas concepções acerca deste. Logo, o debate presente na Classe 5 acerca da autonomia reprodutiva pode ser tanto proveniente do caráter legislativo presente no país, quanto das diferenças individuais, posições sociais, entre outras. Além disso, os sujeitos representados nessa Classe apresentam um alto endosso aos valores de abertura à mudança, que indexa as preferências e experiências culturalmente diversas, que incluem, por exemplo, direitos das minorias (mulheres, LGBT) (ZILLER; BERNING, 2021) e direito ao aborto (OSBORNE *et al.*, 2022). Isto acontece porque as dimensões centrais dos valores de conservação - aceitação da desigualdade e apoio ao *status quo* - entram em conflito por aqueles que endossam os valores de abertura à mudança (JOST, 2006).

O cenário da amostra da espanhola também apresentou justificativas semelhantes ao Brasil para o Eixo “Ser humano em potencial” nas Classes 3 “A personalidade se inicia no nascimento” e 2 “A vida se inicia com a concepção”. Para a amostra espanhola, essas duas classes partilham o mesmo eixo representacional, ou seja, não existe uma oposição entre as justificativas que apontam o nascimento e a concepção como indicadores do início da vida humana. O que diferencia os argumentos é que, para a corrente natalista, a personalidade do indivíduo se inicia a partir do nascimento, isto é, o nascituro seria um ser em potencial, enquanto para a corrente concepcionista o começo da vida ocorre desde o momento da fecundação (SOUZA, 2008).

Denota-se, portanto, que esses argumentos incitam outro debate, que diz respeito ao momento em que o ser humano se torna uma pessoa ou em que medida a individualidade do embrião merece respeito como pessoa. Logo, a partir dessas considerações observa-se que “nem tudo no ser humano é humano por igual” ou “nem todos os seres humanos são humanos no mesmo grau” e, conseqüentemente, não exigem o mesmo respeito (BOURGUET, 2002). Dessa forma, a corrente natalista inclui e apresenta critérios relacionados à personalidade do feto como o desenvolvimento da consciência e dos sentimentos na personalidade do nascituro. Sendo assim, a mente aqui pode ser caracterizada pela capacidade de pensar, advinda respectivamente da memória e do processo de aprendizagem e percepção dos sentidos, construindo assim seus comportamentos e sua personalidade (LEAL *et al.*, 2019).

Para a Classe 2 “A vida se inicia com a concepção” as justificativas assim como no Brasil vincularam o início da vida ao momento da fecundação. Nessa classe, endossa-se os aspectos relacionados à vida e não ao desenvolvimento da personalidade civil ou jurídica do feto. Além disso, nessa classe, foram ancorados os valores de conservação que fundamentam sobre a defesa da vida do feto desde a concepção e, por isso, tendem a se posicionar contra o aborto (MORAIS *et al.*, 2021). Nesse ínterim, os sujeitos que endossam tais valores, comumente são descritos como pessoas altruístas e



que baseiam seus comportamentos no cuidado, principalmente no que diz respeito à proteção da vida (ROTTMAN; KELEMEN; YOUNG, 2014). Assim, o aborto é visto sob a óptica de transgressão à pureza sexual e das crenças religiosas (PATEV *et al.*, 2019). Conseqüentemente, como os valores de autopromoção opõem-se ao bem-estar coletivo e social e sua motivação centra-se em interesses próprios, mesmo às custas dos outros, parece coerente que esta classe apresente uma baixa adesão aos valores de autopromoção (TAMAYO; SCHWARTZ, 1993).

Nesse contexto, observam-se as diversas variações que um fenômeno pode apresentar devido à sua inserção no campo representacional dos grupos sociais (WOLTER, 2018). À vista disso, as antinomias presentes nesses embates baseiam-se em aspectos relacionados à vida *versus* morte, nascimento *versus* concepção, biologia *versus* religião, defesa do feto *versus* defesa da mulher, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as representações sociais de estudantes brasileiros e espanhóis acerca do início da vida humana percebe-se que para a amostra brasileira o foco esteve centrado, em maior medida, nos argumentos que discorriam sobre a possibilidade de o feto já ser uma vida, enquanto para a amostra espanhola, a ênfase esteve mais relacionada aos aspectos biológicos do desenvolvimento humano. Vale salientar que as discussões sobre a defesa da autonomia e dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher estiveram presentes enquanto classe somente na amostra espanhola; os discursos do cenário brasileiro detiveram-se, em maior medida, na defesa da vida do feto. No entanto, tanto no cenário da amostra brasileira quanto espanhola, surgiram classes referentes às ideias concepcionista e natalistas atreladas ao começo da vida humana.

Além disso, a emergência do caráter religioso no contexto brasileiro contrapõe-se à realidade observada na amostra espanhola. No Brasil, a laicidade enfrenta desafios devido à influência de perspectivas religiosas nas decisões políticas e nos debates sociais, especialmente no que diz respeito às leis relacionadas ao aborto. Na Espanha, está fundamentada em considerações de saúde e bem-estar da mulher. É importante salientar que a variável de religiosidade não foi abordada no presente estudo. No entanto, reconhece-se a relevância da religião em diversas questões sociais, como a liberdade sexual, o aborto e as pesquisas envolvendo o uso de embriões e sugere-se que pesquisas futura investiguem essa variável.

Paralelamente, embora a ideologia política tenha sido examinada neste estudo, sua avaliação esteve estritamente ligada ao contínuo político tradicional de direita-esquerda. Portanto, propõe-se que estudos futuros ampliem suas investigações, considerando estruturas políticas multipartidárias, em que



as atitudes políticas tendem a ser menos polarizadas. Nesse sentido, é fundamental explorar fatores de ordem individual, a exemplo das atitudes em relação à sexualidade e aspectos sociais, tais como os papéis de gênero (sexismo, adesão ao movimento feminista), como variáveis que influenciam as representações sociais sobre a origem da vida humana e, por conseguinte, sobre outros temas sociais, o embrião humano e o aborto.

Portanto, mesmo considerando as distinções nos sistemas legais sobre o aborto entre o Brasil e a Espanha, o que, em certo sentido, resulta em interpretações divergentes sobre o início da vida humana na esfera social, investigações futuras devem aprofundar suas análises por meio de indagações que busquem compreender as opiniões da população em relação ao status do embrião e como essas percepções influenciam as atitudes em relação ao aborto e à legislação relacionada. Esses questionamentos são fundamentais para o avanço na compreensão dessas questões.

## REFERÊNCIAS

ADAMCZYK, A.; KIM, C.; DILLON, L. “Examining public opinion about abortion: a mixed-methods systematic review of research over the last 15 years”. **Sociological Inquiry**, vol. 90, n. 4, 2020.

ADAMCZYK, A.; VALDIMARSDÓTTIR, M. “Understanding Americans' abortion attitudes: The role of the local religious context”. **Social Science Research**, vol. 71, 2018.

AGUIAR, B. H. K. *et al.* “A legislação sobre o Aborto nos Países da América Latina: uma Revisão Narrativa”. **Comunicação em Ciências Da Saúde**, vol. 29, n. 1, 2018.

ALÉSSIO, R. L. D. S.; APOSTOLIDIS, T.; SANTOS, M. D. F. D. S. “Entre o aborto e a pesquisa: o embrião na imprensa brasileira”. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 21, n. 3, 2008.

ALLEN, H.; GRIFFIN, D. “Determinants of abortion decisions: Absolutists versus situationists”. **Annual Convention of the Canadian Psychological Association**. Montreal: CPA, 1993.

ALMEIDA, A. M. D. O. “Abordagem societal das representações sociais”. **Sociedade e Estado**, vol. 24, 2009.

ALVARGONZÁLEZ, D. “Knowledge and attitudes about abortion among undergraduate students”. **Psicothema**, vol. 29, n. 4, 2017.

AUGOUSTINOS, M.; WALKER, I. “The construction of stereotypes within social psychology: From social cognition to ideology”. **Theory and Psychology**, vol. 8, n. 5, 1998.

BARCHFONTAINE, C. P. “Bioética e início da vida”. **Revista Pistis e Praxis**, vol. 2, n. 1, 2010.

BISPO, I. “O aborto e suas multifacetadas no estado brasileiro”. **Revista CEJ**, n. 72, 2017.

BLOFIELD, M.; EWIG, C. “The left turn and abortion politics in Latin America”. **Social Politics: International Studies in Gender, State and Society**, vol. 24, n. 4, 2017.



BOURGUET, V. **O ser em gestação: reflexões bioéticas sobre o embrião humano**. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/12/2023.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1940. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/12/2023.

BRASIL. **Portaria MS/GM n. 1.508, de 01 de setembro de 2005**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em <www.saude.gov.br>. Acesso em: 12/12/2023.

BRYSK, A.; YANG, R. "Abortion Rights Attitudes in Europe: Pro-Choice, Pro-Life, or Pro-Nation?". **Social Politics: International Studies in Gender, State and Society**, vol. 30, n. 2, 2023.

CABECINHAS, R. "Representações sociais, relações intergrupais e cognição social". **Paidéia**, vol. 14, 2004.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. "IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais". **Temas em Psicologia**, vol. 21, n. 2, 2013.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. "Tutorial para uso do software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)". **Portal Eletrônico UFSC** [2018]. Disponível em: <www.ufsc.br>. Acesso em: 23/12/2023.

CHINELATO, S. J. A. "Bioética e direitos de personalidade do nascituro". **Scientia Iuris**, vol.7, 2004.

CONOVER, P. J.; FELDMAN, S. "The origins and meaning of liberal/conservative self-identifications". In: ELSTER, J. **Political psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CONTI, J. A.; CAHILL, E. "Abortion in the media". **Current Opinion in Obstetrics and Gynecology**, vol. 29, n. 6, 2017.

CUELLO, Z.; JESÚS, A. "É o aborto um direito sexual e reprodutivo da mulher? Análise a partir do biodireito, a bioética, a biopolítica e a biojurídica biopolítica nos Estados Unidos, Espanha e Colômbia". **Revista Latinoamericana de Bioética**, vol. 14, n. 2, 2014.

DEAK, C.; SAROGLU, V. "Opposing abortion, gay adoption, euthanasia, and suicide: Compassionate openness or self-centered moral rigorism?". **Archive for the Psychology of Religion**, vol. 37, n. 3, 2015.

DINIZ, D. *et al.* "Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil". **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 25, 2009.

DINIZ, D.; ALMEIDA, M. D. **Bioética e aborto**. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998.

DOISE, W. "Da psicologia social à psicologia societal". **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 18, 2002.

DOISE, W.; CLEMENCE, A.; LORENZI-CIOLDI, F. **Représentations sociales et analyses de données**. Grenoble: P.U.G, 1991.

DORING, N. "Abortion Attitudes (Media Content, User Comments)". **DOCA - Database of Variables for Content Analysis**, vol. 1, n. 5, 2023.



ESPAÑA. **Ley Orgánica 1, de 28 de febrero de 2023**. Madrid: Gobierno de España, 2023. Disponível em: <www.boe.es>. Acesso em: 12/12/2023.

HANNIKAINEN, I. R.; MILLER, R. M.; CUSHMAN, F. A. “Act versus impact: Conservatives and liberals exhibit different structural emphases in moral judgment”. **Ratio**, vol. 30, n. 4, 2017.

HUANG, Y. *et al.* “The precious vessel: Ambivalent sexism and opposition to elective and traumatic abortion”. **Sex Roles**, vol. 71, 2014.

IBM. **IBM SPSS Statistics for Windows**. Armonk: IBM Corp, 2017.

JEDRYCZKA, W.; MISIAK, M.; WHITEHOUSE, H. “Explaining political polarization over abortion: The role of moral values among conservatives”. **Social Psychology**, vol. 54, n. 4, 2023.

JOST, J. T. “The end of the end of ideology”. **American Psychologist**, vol.61, n.7, 2006.

JOST, J. T.; NOSEK, B. A.; GOSLING, S. D. “Ideology: Its resurgence in social, personality, and political psychology”. **Perspectives on Psychological Science**, vol. 3, n. 2, 2008.

JUVONEN, T. “Out lesbian and gay politicians in a multiparty system”. **Politics** [2020]. Disponível em: <www.oxfordre.com>. Acesso em: 23/12/2023.

KIM, T.; STEINBERG, J. R. “Individual changes in abortion knowledge and attitudes”. **Social Science and Medicine**, vol. 320, 2023.

LEAL, M. M. *et al.* “Início da vida: uma visão multidisciplinar pautada na bioética”. **Comunicação em Ciências Saúde**, vol. 29, n. 3, 2018.

LOCKHART, C. *et al.* “The sanctity of life: The role of purity in attitudes towards abortion and euthanasia”. **International Journal of Psychology**, vol. 58, n. 1, 2023.

MENCIN, M. “The right to access safe abortion during the transition to a multiparty system and beyond”. In: KRALJ, A. *et al.* (orgs.). **Abortion and Reproductive Rights in Slovenia: A Case of Resistance**. Slovenia: Taylor and Francis, 2023.

MORAIS, E. R. C. D. *et al.* “La Controversia del Aborto: Reflexiones Teórico-Metodológicas sobre una Representación no Autónoma”. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 21, n. 3, 2021.

MORAIS, E. R. C. *et al.* “Aborto e bioética no jornal Folha de São Paulo”. **Revista Psicologia em Pesquisa**, vol. 12, n. 1, 2018.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Petropolis: Editora Vozes, 2009.

NORBERG, A. **To adopt or not to adopt an abortion policy: A case study of the abortion reform processes in Spain and Portugal** (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). Uppsala: Uppsala University, 2016.

OGLAND, C. P.; VERONA, A. P. “Religion and attitudes toward abortion and abortion policy in Brazil”. **Journal for the Scientific Study of Religion**, vol. 50, n. 4, 2011.



OSBORNE, D. *et al.* “Abortion attitudes: An overview of demographic and ideological differences”. **Political Psychology**, vol. 43, 2022.

OSBORNE, D.; DAVIES, P. G. “When Benevolence Backfires: Benevolent Sexists Opposition to Elective and Traumatic Abortion”. **Journal of Applied Social Psychology**, vol. 42, n. 2, 2012.

PATEV, A. J. *et al.* “Hostile sexism and right-wing authoritarianism as mediators of the relationship between sexual disgust and abortion stigmatizing attitudes”. **Personality and Individual Differences**, vol. 151, 2019.

PEREIRA, C.; CAMINO, L.; COSTA, J. B. D. “Um estudo sobre a integração dos níveis de análise dos sistemas de valores”. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 18, 2005.

PICÓN, J. Y. A. *et al.* “Enfermedad, eutanasia y aborto: una reflexión desde la bioética”. **Revista Médica de Risaralda**, vol. 27, n. 1, 2021.

ROTTMAN, J.; KELEMEN, D.; YOUNG, L. “Tainting the soul: Purity concerns predict moral judgments of suicide”. **Cognition**, vol. 130, n. 2, 2014.

RYE, B. J.; UNDERHILL, A. “Pro-choice and pro-life are not enough: an investigation of abortion attitudes as a function of abortion prototypes”. **Sexuality and Culture**, vol. 24, n. 6, 2020.

SANTOS, E. A.; CAMPOS, P. H. F. “As Representações Sociais como teoria e como prática”. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, vol. 32, n. 2, 2022.

SATHERLEY, N. *et al.* “Demographic and psychological predictors of panel attrition: Evidence from the New Zealand Attitudes and Values Study”. **PLoS One**, vol. 10, n. 3, 2015.

SCHULTZ, P. W.; ZELEZNY, L. C. “Values and proenvironmental behavior: A five-country survey”. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, vol. 29, n. 4, 1998.

SCHWARTZ, S. H. “Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries”. **Advances in experimental Social Psychology**, vol. 25, 1992.

SCHWARTZ, S. H.; RUBEL-LIFSCHITZ, T. “Cross-national variation in the size of sex differences in values: effects of gender equality”. **Journal of Personality and Social Psychology**, vol. 97, n. 1, 2009.

SILVA, R. M.; PINHEIRO, V. S. “A dignidade da pessoa humana e o direito à vida do nascituro: fundamentos biológicos, filosóficos e jurídicos”. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, vol. 18, n. 3, 2017.

SOUZA, P. B. “Teorias do início da vida e lei de biossegurança”. **ETIC - Encontro de Iniciação Científica**, vol. 4, n. 4, 2008.

SPINI, D.; DOISE, W. “Organizing principles of involvement in human rights and their social anchoring in value priorities”. **European Journal of Social Psychology**, vol. 28, n. 4, 1998.

TAMAYO, A.; PORTO, J. B. “Validação do questionário de perfis de valores (QPV) no Brasil”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 25, 2009.

TAMAYO, A.; SCHWARTZ, S. H. “Estrutura motivacional dos valores humanos”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 9, n. 2, 1993.



TREVIZO, A. V. “Autonomía reproductiva y maternidad tardía: una reflexión bioética”. **Dilemata**, vol. 28, 2018.

VIEIRA, L. T. Q. *et al.* “O aborto sobre a perspectiva bioética”. **Revista Bioética Cremego**, vol. 3, n. 1, 2021.

WOLTER, R. “The structural approach to social representations: Bridges between theory and methods”. **Psico-USF**, vol. 23, 2018.

ZILLER, C.; BERNING, C. C. “Personality traits and public support of minority rights”. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, vol. 47, n. 3, 2021.



## **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)**

Ano VI | Volume 17 | Nº 50 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

### **Editor chefe:**

Elói Martins Senhoras

### **Conselho Editorial**

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

### **Conselho Científico**

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima